



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Como é que se assegura que a obra da nova Biblioteca Central não se transforme num outro “elefante branco”?

O Governo passou anos a estudar a preparação para a construção da nova Biblioteca Central. No ano passado, aquando da apresentação das propostas objecto de selecção, inclusive numa sessão de apresentação sobre as mesmas, por parte da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, na Assembleia Legislativa, em Setembro do ano passado, o Governo afirmou que as características comuns às propostas eram a conservação dos mosaicos existentes e o enfoque no relacionamento interactivo com a Praça do Tap Seak. Contudo, o facto de a proposta vencedora prever a deslocação dos mosaicos, que vão ficar de costas viradas para a Praça do Tap Seak, tem suscitado dúvidas entre os cidadãos, que suspeitam que tal solução não se conforme com o princípio de conservar os mosaicos existentes e com o enfoque no relacionamento interactivo com a Praça do Tap Seak. Com base nisto, foram ainda colocadas dúvidas sobre o profissionalismo subjacente aos respectivos mecanismos de avaliação. No meu entender, o Governo deve, quanto antes, tomar uma posição proactiva, no sentido de dar uma resposta para esclarecimento das dúvidas do público; e deve ainda aprender com a experiência, no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de governação.

Mais, em Março deste ano, o Instituto Cultural divulgou os resultados do concurso público relativo à concepção da nova Biblioteca Central, e prometeu que ia controlar o respectivo orçamento, para que este não ultrapassasse 500 milhões. Afirmou ainda que a avaliação tinha sido efectuada com base nos pareceres de especialistas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

prestigiados sobre vários factores, tais como o orçamento global, a complexidade da obra, a conservação energética, a manutenção, a organização funcional, as despesas com a concepção, etc., método através do qual foi escolhida a proposta “mais adequada” para Macau.

No passado, foi quase um hábito nas várias obras de construção de grande envergadura a conclusão fora do prazo estabelecido e as derrapagens orçamentais, devido a falhas de concepção, ou a problemas durante a execução das obras, ou por só depois da conclusão das obras se ter detectado que os custos subjacentes ao normal funcionamento e à manutenção das instalações excediam, significativamente, as previsões, constituindo um encargo permanente para o erário público. Sob a conjuntura da epidemia, as receitas do erário público diminuíram drasticamente, e foram tomadas severas medidas de poupança. Assim, a questão que assume maior relevância no âmbito da defesa do interesse público é a seguinte: como evitar que a obra da nova Biblioteca Central se transforme num outro “elefante branco”, por forma a assegurar o bom aproveitamento do erário público e a satisfazer a relação custo-benefício.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Segundo uma afirmação, o documento do concurso público da nova Biblioteca Central não prevê em concreto a necessidade de conservar os mosaicos existentes nem focaliza o relacionamento interactivo com a Praça do Tap Seak, portanto, o Governo acolheu, negligentemente, a ideia de deslocar os mosaicos, que vão ficar de costas viradas para a Praça do Tap Seak, assim, o projecto escolhido pelo Governo impossibilita a Biblioteca de satisfazer as suas funções, isto é, de assumir o papel de *ex-líbris* cultural e de respeitar e dar continuidade à história local. O Governo admite



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

esta afirmação? Entre os titulares dos principais cargos, alguém deve assumir a respectiva responsabilidade?

2. O Governo deve divulgar, com toda a franqueza, as qualificações profissionais do respectivo júri e esclarecer os critérios e fundamentos subjacentes à avaliação e selecção das propostas para a nova Biblioteca Central, com vista a dar a conhecer ao público e a aprender com a experiência, aumentando assim a transparência da governação. Vai fazê-lo?

3. Segundo uma promessa publicamente assumida, o orçamento para a construção da nova Biblioteca Central é de 500 milhões, assim, de que mecanismos dispõe o Governo para assegurar que nestas obras não se volte a registar o mesmo problema, isto é, as derrapagens orçamentais? Até à inauguração da nova Biblioteca Central e sem contar com as despesas básicas com a construção, com o acervo e com o software e o hardware, qual é o orçamento previsto? As autoridades devem explicar melhor quais são as vantagens da proposta vencedora em comparação com as outras, nomeadamente ao nível da construção, funcionamento futuro e custos com a reparação e a manutenção. Vão fazê-lo?

17 de Maio de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Ng Kuok Cheong